Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Uma análise territorial do discurso midiático do jornal *Correio* sobre feminicídio em Salvador (2021-2024)[1]

A territorial analysis of the media discourse of the newspaper *Correio* on femicide in Salvador (2021-2024)

Victor Said dos Santos Sousa
Ivanise Hilbig Andrade

Palavras-chave: feminicídio; midiatização; discurso noticioso; território; Salvador.

1 Introdução

Este resumo expandido apresenta a síntese dos resultados da dissertação *[a ser identificada após aprovação]*. O estudo analisou a cobertura noticiosa do jornal *Correio*, em suas mídias online e impressa, e as estratégias discursivas midiatizadas utilizadas pelo veículo para a construção e circulação de sentidos sobre o feminicídio em Salvador, tomando como referência os 64 casos oficialmente registrados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA) entre 2021 e 2024 e sua relação com os territórios da capital.

O problema que orienta este resumo é: como são construídas as estratégias discursivas midiatizadas do jornal *Correio*, em suas mídias online e impressa, para a circulação de

[1] Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFBA. Salvador, Bahia. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP.

sentidos sobre os feminicídios oficialmente registrados em Salvador, entre 2021 e 2024, considerando a territorialização do município? O objetivo é apresentar os resultados da dissertação, que investigou a dimensão midiática e territorial do feminicídio no discurso do jornal *Correio*, observando como os casos registrados pela SSP/BA acionam, ou deixam de acionar, os dispositivos de produção noticiosa do portal online e da mídia impressa.

Parte-se da compreensão de que o feminicídio, produto do *continuum* de violência de gênero e sua forma mais extrema (Lagarde, 2006; Radford; Russell, 1992), não se estabiliza socialmente apenas como dado estatístico ou ocorrência policial, mas como acontecimento atravessado por relações de gênero, patriarcado, raça, colonialidade e branquitude (Bento, 2022; Lugones, 2020; Oyěwùmí, 2020; Saffioti, 2015; Segato, 2013; Vergès, 2020).

Ao atravessar o discurso jornalístico, o feminicídio passa a integrar disputas de nomeação, visibilidade, memória e reconhecimento, em processos de produção, circulação e reconhecimento (Verón, 1980, 1993, 2004, 2014) e de silenciamento (Orlandi, 2007), que tornam determinadas mortes narráveis e memoráveis, enquanto outras permanecem relegadas a notas policiais, zonas de silêncio ou ausência de inscrição pública (Segato, 2013).

2 Síntese do percurso metodológico

No percurso metodológico dos resultados aqui apresentados, desenvolveu-se uma pesquisa qualiquantitativa (Minayo, 2023), de base bibliográfica e documental (Lakatos; Marconi, 2003), ancorada na Análise do Discurso de linha francesa, com base nos ditos e não ditos, silêncio e política do silêncio (Orlandi, 2007). A análise também se fundamenta na sociossemiótica, teoria da midiatização, gramáticas de produção e reconhecimento, e circulação discursiva (Verón, 1980, 1993, 2004, 2014), articulada a

um dispositivo decolonial de gênero (Bento, 2022; Lugones, 2020; Oyěwùmí, 2020; Vergès, 2020).

A constituição do corpus combinou os registros oficiais da SSP/BA sobre feminicídios ocorridos em Salvador entre 2021 e 2024 com a coleta de notícias publicadas pelo jornal *Correio*, em suas mídias online e impressa. A coleta da mídia impressa foi realizada manualmente por bolsistas de Iniciação Científica do [nome omitido para avaliação], a partir da leitura da versão online do jornal impresso.

Na mídia online, a coleta foi realizada no portal *Correio 24 Horas* com apoio controlado de Inteligência Artificial Generativa, por meio do ChatGPT, utilizando engenharia de *prompts* para busca, identificação e sistematização preliminar das notícias. O procedimento foi delimitado por quatro princípios – contexto, objetivo, ação e saída. Para mitigar alucinações foi aplicado um *prompt* restritivo, e cada extração foi submetida à verificação humana manual, a fim de manter o controle empírico da coleta pelo pesquisador e assegurando rastreabilidade ao corpus.

No plano midiático, foram coletadas 126 notícias no portal online, referentes a 47 dos 64 casos analisados, e 47 notícias na mídia impressa, relativas a 34 casos. A análise cruzou registros oficiais e materialidades jornalísticas, considerando ano, bairro, raça/cor, vínculo autor-vítima, meio empregado e presença ou ausência dos casos na cobertura.

3 Síntese teórica

O discurso jornalístico é compreendido como matéria significante atravessada por condições de produção, circulação e reconhecimento, de modo que o sentido não se encontra assegurado no texto em si, mas no sistema de relações entre gramáticas de produção e gramáticas de reconhecimento (Verón, 1980, 2004). A midiatização, nesse enquadramento, é tratada como processo histórico e social de longa duração, no qual os meios não apenas veiculam mensagens, mas reorganizam as condições de produção,

circulação e reconhecimento do discurso social e da própria sociabilidade (Verón, 1993, 2014).

A circulação discursiva é compreendida como ruptura estrutural entre produção e reconhecimento, em um processo não linear atravessado por regimes de leitura e por assimetrias entre instituições, coletivos e atores individuais (Verón, 1980). Essa perspectiva se articula à compreensão da língua como acontecimento discursivo, na qual forma e conteúdo não se separam. Como o silêncio compõe o problema de pesquisa, ele é mobilizado não como ausência, mas como dimensão constitutiva da significação e como política de silenciamento (Orlandi, 2007).

Assim, os casos não noticiados, as estratégias enunciativas adotadas para inscrever, deslocar ou silenciar acontecimentos, bem como a presença ou ausência dos territórios/bairros da capital, são compreendidos como parte do funcionamento discursivo. O feminicídio é analisado como expressão extrema do *continuum* da violência de gênero e das relações patriarcais de poder (Lagarde, 2006; Radford; Russell, 1992; Saffioti, 2015; Segato, 2013), articulado à colonialidade de gênero (Lugones, 2020), à racialização das hierarquias sociais (Oyěwùmí, 2020), à branquitude (Bento, 2022) e à produção colonial da violência e do reconhecimento desigual (Vergès, 2020).

4 Resultados e discussão

Ao analisar os dados oficiais sobre feminicídio em Salvador fornecidos pela SSP/BA, o estudo identificou que 2022 foi o ano mais letal, com 21 casos. No período analisado, predominaram vítimas negras (pretas e pardas), correspondendo a 81,25% dos casos, e mulheres adultas, entre 25 e 59 anos, correspondendo a 73,44%. As vítimas foram assassinadas predominantemente em suas residências, em 51,56% dos casos, por arma branca, em 54,69%, e 75% dos feminicidas são parceiros ou ex-parceiros.

Os resultados evidenciam que a passagem do registro oficial à cena pública midiatizada não ocorre de modo homogêneo. Dos 64 casos registrados pela SSP/BA, 47 foram

noticiados na mídia online do *Correio*, correspondendo a 73,4% dos casos, com 126 notícias coletadas e média de 2,68 notícias entre os casos noticiados. Na mídia impressa, foram identificados 34 casos noticiados, correspondendo a 53,1%, com 47 notícias coletadas e média de 1,38 notícia entre os casos noticiados.

Esses dados indicam assimetrias de noticiabilidade, zonas de silêncio e diferenças estruturais entre suportes: o portal online tende à atualização e à recirculação, enquanto o impresso opera como arquivo mais restritivo, no qual apenas parte dos casos é inscrita na memória social construída pelo jornal impresso.

A territorialização aparece como eixo decisivo dessa gramática de visibilidade. Os 64 feminicídios atingem 47 bairros distintos, mas não se distribuem de forma homogênea: um conjunto de 13 bairros concentra 29 casos, isto é, 45,31% do total do período. Esse núcleo de reincidência territorial reúne Boca do Rio, Brotas e São Cristóvão, com três casos cada, além de Águas Claras, Barra, Cosme de Farias, IAPI, Itapuã, Liberdade, Massaranduba, Mata Escura, Periperi e Valéria, com dois casos cada. A questão decisiva, portanto, não é apenas onde o feminicídio ocorre, mas como – e se – esses territórios entram no circuito de circulação do discurso noticioso.

No recorte desses 13 bairros, o online noticia 23 dos 29 casos, correspondendo a 79,3%, e produz 48 notícias, mas com grande variação interna de intensidade: Massaranduba concentra 9 notícias para 2 casos, enquanto Boca do Rio registra apenas 2 notícias para 3 casos e Cosme de Farias 1 notícia para 2 casos. Isso permite inferir que uma mesma incidência territorial não gera a mesma noticiabilidade e circulação.

A assimetria se radicaliza no impresso: no mesmo conjunto de bairros, o jornal noticia 16 dos 29 casos, correspondendo a 55,2%, e publica 19 notícias. São Cristóvão, apesar de três ocorrências no período, não aparece no impresso, assim como Barra e IAPI, ambos com duas ocorrências. O impresso, ao selecionar territorialmente o que estabiliza como notícia, produz uma cartografia territorial do acontecimento, na qual certas geografias podem ser reiteradamente letais sem que sejam reiteradamente reconhecidas.

Essa cartografia territorial se articula às camadas de raça/cor e às condições de produção do reconhecimento. Os dados demonstram que a maior parte dos casos recai sobre mulheres pardas, com 45 registros, seguida por casos sem informação de raça/cor, com 9 registros, mulheres pretas, com 7 registros, e mulheres brancas, com 3 registros.

Quando se observa a passagem do registro oficial para a cobertura, o impresso mantém cobertura integral dos casos de mulheres brancas, 3 de 3, e elevada nos casos de mulheres pretas, 6 de 7, mas recua nos casos de mulheres pardas, 21 de 45, correspondendo a 46,7%, e nos registros sem raça/cor, 4 de 9, correspondendo a 44,4%. A categoria que concentra a maior parte do fenômeno, mulheres pardas, é também a que mais perde visibilidade no suporte que funciona como memória pública mais durável do jornal.

No online, embora a visibilidade seja mais ampla, a desigualdade se reinscreve na forma da circulação. Mulheres brancas registram 11 notícias para 3 casos, com média de 3,67 notícias por acontecimento; mulheres pretas, 21 notícias para 7 casos, com média de 3,00; mulheres pardas, 81 notícias para 45 casos, com média de 1,80; e registros sem raça/cor, 13 notícias para 9 casos, com média de 1,44.

Esse padrão não autoriza leituras conclusivas isoladas, sobretudo porque as categorias “branca” e “preta” constituem quantidades minoritárias no universo do corpus. Contudo, sustenta uma inferência metodologicamente consistente: o que circula mais não é necessariamente o que ocorre mais, mas aquilo que, por suas condições de produção, torna-se mais narrável, mais seriável e mais compatível com determinadas expectativas de reconhecimento.

Um dos achados centrais da pesquisa é o apagamento racial como condição de produção. Embora a raça/cor esteja presente no registro administrativo da SSP/BA, ela não é nomeada em nenhuma matéria, em nenhum suporte e em nenhum ano analisado. A variável racial permanece confinada ao arquivo estatal, sem se transformar em inteligibilidade jornalística.

Assim, o feminicídio é narrado sob um regime de universalização abstrata da categoria “mulher”, enquanto a racialização da vulnerabilidade permanece silenciada (Lugones,

2020; Oyěwùmí, 2020; Vergès, 2020). Essa omissão jornalística revela, no fundo, a força da branquitude enquanto norma tácita de reconhecimento, pois o racismo no Brasil também se estrutura pelo pacto de silêncio e pela naturalização do branco como o modelo universal de humanidade (Bento, 2022).

Ao não demarcar racialmente as vítimas negras, o *Correio* estabiliza a narrativa do crime como se o marcador racial fosse irrelevante para explicar a morte. Esse não dito racial organiza o contrato de leitura do veículo e aproxima as vítimas negras, especialmente pardas e periféricas, da condição de *infans*, isto é, sujeitos cuja voz, historicidade e humanidade são recobertas por formas reiteradas de silenciamento (Gonzalez, 2020).

5 Considerações finais

Os resultados apresentados permitem compreender a dimensão midiática do feminicídio como disputa de reconhecimento público, luto e inteligibilidade social. A cobertura do *Correio* entre 2021 e 2024 não apenas torna visível, ou invisível, o feminicídio; ela produz uma cartografia desigual do acontecimento, na qual território, suporte midiático, circulação, memória e silêncio operam como condições de reconhecimento.

A pesquisa demonstra que o jornalismo não apenas informa a morte, mas participa da produção social dos sentidos que definem quais mortes se tornam públicas, quais circulam como acontecimento, quais são fixadas como memória e quais permanecem nas zonas do silêncio. Mesmo quando há ampliação de visibilidade e intensificação da circulação, a inteligibilidade pública do feminicídio permanece atravessada por uma política de não nomeação racial que reduz a capacidade de compreender quem são as mulheres mais expostas à morte e sob quais condições sociais essa exposição se organiza.

O estudo conclui que a dimensão comunicacional é constitutiva do feminicídio, porque diz respeito ao modo como a cidade distribui reconhecimento e memória: algumas mortes ganham densidade narrativa e circulação insistente; outras permanecem ausentes; muitas circulam sob formas empobrecidas, nas quais o acontecimento é publicizado sem ser

politizado. É essa dupla inscrição – material e discursiva – que permite compreender o feminicídio como culminância de um *continuum* de violências e, ao mesmo tempo, como acontecimento cuja inteligibilidade e circulação pública de sentidos é disputada e frequentemente restringida.

Referências

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAGARDE, M. **Del femicidio al feminicidio**. *Desde el Jardín de Freud*, Bogotá, n. 6, p. 216-225, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2023.

ORLANDI, E. **As formas de silêncio:** No movimento dos sentidos. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. **Femicide**: The politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, R. L. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

VERÓN, E. **La semiosis social**. Buenos Aires: Gedisa, 1993.

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **MATRIZes**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2014.